ACTA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO, REALIZADA NO DIA 25 DE FEVEREIRO DE 2011.

Aos Vinte e cinco do mês de Fevereiro do ano de Dois Mil e Onze, pelas Dezoito horas, reuniu-se na Assembleia de Freguesia do Bilhó o Órgão deliberativo deste Município. ----------

Faltou à presente sessão o Deputado Municipal Francisco Ribeiro Martins, tendo apresentado a devida justificação, pelo que a Mesa deliberou justificar esta falta. ----------

Os Deputados José Francisco Teixeira Lopes e Jorge Rabiço da Costa, impossibilitados de comparecerem a esta sessão da Assembleia Municipal, requereram a sua substituição, nos termos das disposições combinadas nos artigos 78° n°1 e n°2 e 79° n° 1 da Lei n° 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, pelos cidadãos imediatamente a seguir nas listas do Partido Socialista: Carlos Filipe Meireles Macedo e Artur Jorge Silva Miguel. ----------

PRESENÇAS: ----------

Encontravam-se presentes nesta sessão todos os elementos que nos termos do art.° 48° da Lei 169/99 de 18 de Setembro com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, se impunha a obrigatoriedade ou dever de presença. ----------

ABERTURA DA REUNIÃO. ----------

Atenta à ausência do Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia, a Senhora Presidente da Assembleia designou, interinamente e para esta reunião, a Deputada Maria Manuel Ferreira Martins para desempenhar as funções de Segunda Secretária da Mesa da Assembleia. ----------

Pelas Vinte e uma horas, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a presente reunião, dando início à ordem de trabalhos. ---------

1- Antes da ordem do dia ----------

1.1- Assuntos gerais de interesse para o município. ----------

1.1.1- Processo de Adesão ao Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Águas – Esclarecimentos da «Águas do Noroeste». ----------

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, face à existência de um ponto prévio na ordem de trabalhos, deu a palavra aos representantes das Águas do Noroeste que procederam à apresentação do processo de adesão ao sistema multimunicipal de abastecimento de água e aos esclarecimentos solicitados pelos Senhores Deputados. ----------

1.1.2- Outros assuntos gerais de interesse para o Município. ----------

A Senhora Presidente da Assembleia abriu as inscrições para as intervenções relativamente aos assuntos de interesse para o Município antes de se entrar na ordem de trabalhos. ----------

O Presidente da Junta de Freguesia do Bilhó, na qualidade de anfitrião, iniciou a sua intervenção referindo que era com muito agrado que a freguesia recebia esta reunião da Assembleia, louvando este tipo de iniciativa pela rotatividade destas assembleias pelas freguesias. Manifestou que gostava que durante esta reunião se tratasse mais dos assuntos relacionados com a freguesia do Bilhó e que quando se passasse pelas outras freguesias se tratariam dos assuntos relacionados com as mesmas. De seguida, enumerou alguns dos problemas sentidos na freguesia que todos gostavam de ver resolvidos. Em primeiro lugar, e relativamente à água, deixou um pedido ao Senhor Presidente da Câmara no sentido de que, visto que a freguesia do Bilhó não irá ser enquadrada nas Águas do Noroeste, se arranje uma solução para o problema da água. Falou também na pavimentação de algumas vias, nomeadamente a estrada que liga da Anta ao Cruzamento de Pioledo que está em muito mau estado. Referiu também a existência de algumas linhas

eléctricas a iluminar para as hortas que poderiam ser direccionadas para as aldeias. Falou também da falta de sinalização em algumas vias (sinalização das aldeias, sinalização de passagem de animais) e da marcação da estrada que vai do Bobal a Lamas d'Olo. Posteriormente, agradeceu ao Executivo Camarário os trabalhos que já foram realizados e os que ainda estão em curso, como por exemplo a limpeza das valetas das estradas da freguesia, feita graças à disponibilidade dos funcionários da Câmara. Terminou referindo o arranjo do adro da capela e o coberto da paragem do Pioledo para as crianças se abrigarem no inverno e também algumas pavimentações que foram feitas para acesso às habitações. ----------

A Senhora Presidente da Assembleia usou da palavra para agradecer a recepção e as palavras do Senhor Presidente da Junta do Bilhó e congratulou-se por estarem a dar continuidade ao projecto de levarem as assembleias às freguesias do Concelho. De seguida informou que tinha falecido o pai do anterior Presidente da Assembleia e que tinha tomado a liberdade em nome da Assembleia de apresentar as condolências ao Senhor professor Avelino Peixoto. ----------

O Deputado Fernando Avelino Silva realçou a importância de irem às freguesias, considerando que a filosofia da rotatividade das assembleias resulta naturalmente do facto de se perceber a realidade das freguesias e os seus problemas de modo a dissecar aquilo que é importante resolver. Referiu que se percebe a realidade da freguesia do Bilhó relativamente à questão da água e que se coloca neste momento a esta freguesia mas que seria tratada em momento oportuno. Ressalvou duas questões relativamente a esta população que é o facto de boa parte das pessoas que procuram deslocar-se para a vila de Mondim de Basto usa essa estrada cujo eixo da via não está sinalizado, o que em situação de nevoeiro e mau tempo complica a circulação segura para quem viaja durante a noite. Considera que essa preocupação é uma preocupação

legítima. A segunda questão e que se coloca também a outras freguesias, nomeadamente a Campanhó, é a questão dos cemitérios. Considera que pelo facto dos cemitérios estarem limitados na sua lotação talvez se deva pensar no seu alargamento ou possivelmente na construção de novos cemitérios. Interrogou o Executivo Camarário sobre o que se está a pensar fazer em relação à freguesia anteriormente referida. Questionou também o Executivo relativamente a uma questão recorrente que se relaciona com a saúde, julgando ter havido alguns desenvolvimentos sobre a vinda de mais um médico para Mondim de Basto. ----------

O Deputando João Armando de Almeida iniciou a sua intervenção referindo que as assembleias municipais nas freguesias tinham uma maior participação quando se realizavam ao Sábado de manhã, sendo que à Sexta-Feira ao final da tarde as pessoas têm menos possibilidade de participar e de estar presentes. Em relação à acção do Executivo congratulou-se com várias coisas: a assinatura dos contratos de financiamento das empreitadas da regeneração urbana de Mondim que vai permitir um melhor acolhimento de todos os que visitam o Concelho, melhorar a qualidade de vida, melhorar a competitividade dos estabelecimentos comerciais abrangidos pela requalificação; lançamento do concurso para os ecopontos subterrâneos, esforço pelo qual a autarquia irá minimizar o impacto contribuindo para o aspecto das nossas ruas; a antecipação das obras de acessibilidade à Vila de Mondim de Basto através da ligação à Via do Tâmega, melhorando a competitividade do território e conseguindo manter novos empresários e novas iniciativas para o Concelho. Considera que o Executivo está no bom caminho. ----------

O Deputado Bruno Ferreira de Moura referiu que o acontecimento desta assembleia nessa freguesia resulta da vontade demonstrada por todos para descentralizar e ir de encontro às populações. No entanto, considera que a

hora não contribuiu para que houvesse mais público. Acrescentou que deviam aproveitar o facto de estarem na freguesia do Bilhó para falar um pouco dela e para deixar o público presente demonstrar as suas preocupações. De seguida frisou um acontecimento que ocorreu logo após a última Assembleia Municipal, a publicação do Boletim Municipal que, a seu ver, mais parecia um álbum de fotografias do Engenheiro Humberto Cerqueira. Realçou que, contrariamente ao que tinha sido referido numa sessão da Assembleia, tinha sido contratada uma agência de comunicação e imagem para a concepção e produção de 3.000 unidades do Boletim Municipal. Considera que o que está em causa não é somente o valor da sua concepção e produção, mas é também o sinal que se dá para o exterior em que não se pode pedir uma contenção orçamental porque a Câmara atravessa dificuldades financeiras se a seguir se produz um Boletim Municipal mais caro do que a versão anterior, não se podem pedir sacrifícios se por outro lado se esbanja dinheiro. Deixou uma sugestão no sentido de que Boletim seja mais abrangente e consiga retratar o que se passa no Concelho. Para terminar referiu que tinham assistido, durante o Mês de Janeiro ou Fevereiro, a uma manobra de marketing político entre a Autarquia e a EDP através da entrega de equipamentos desportivos aos jovens praticantes de futebol, pelo que questionou o Executivo no sentido de saber se sempre que uma entidade, privada ou pública, patrocinar ou apoiar um clube ou uma associação do Concelho irá merecer também uma recepção como a que se realizou ou se o critério não se irá manter. Terminou a sua intervenção pedindo esclarecimentos no que respeita à construção ou não do Centro Escolar Este. ----------

O Deputado João Alarcão saudou o Presidente da Junta de Freguesia do Bilhó enquanto representante da população do Bilhó congratulando-se com o facto de procurarem, à partida, debater assuntos que interessem a esta freguesia. De seguida, apresentou um requerimento à Mesa no sentido de ser

solicitado ao Executivo Camarário uma cópia do Protocolo efectuado entre a EDP, as Estradas de Portugal e o Município. Aproveitou para solicitar ao Senhor Presidente da Câmara informações sobre a fiscalização de obras e sobre a eventual contratação ou não de uma empresa exterior para fiscalizar as obras porque em entender do grupo parlamentar a Câmara possui um número de técnicos suficientes e com capacidade para o fazerem. ----------

O Deputado Carlos Filipe Meireles Macedo manifestou o seu agrado por se realizar esta assembleia no Bilhó, em especial por ter nascido nessa freguesia. Justificou a sua intervenção para manifestar o seu contentamento com mais uma excelente noticia para o Concelho que se prende com a escolha por parte do Governo Central de obras de remodelação e modernização da escola sede do Concelho. Considera que é uma grande notícia porque resulta de um grupo restrito de escolas que foram seleccionadas para este tipo de intervenção e porque Mondim irá ter uma escola de futuro com uma estrutura definitiva. Realçou que irá haver certamente um conforto em toda a actividade pedagógica e uma melhoria significativa de todas as condições tecnológicas da escola, desde mais laboratórios, salas técnicas, espaços desportivos melhorados, materiais didácticos, entre outros aspectos. Mas, para ele, o principal assunto é que esta escola pela primeira vez vai ser construída à imagem daquilo que os alunos necessitam porque irá ser consultada quer a comunidade escolar quer a comunidade local. Terminou dando o mérito a quem fez força para que isto acontecesse e que o mérito vai para a Directora da escola e para o resto da Direcção da Escola e também ao Presidente do Executivo pois foi graças a ele e à pressão que fez junto do Governo Central que esta obra vai ser realizada no Concelho. Terminou dizendo que, ao contrário do que foi dito, este Presidente está atento aos problemas dos mondinenses, está dinâmico, e considera que é assim que Mondim e a educação vão para a frente. ----------

O Deputado Fernando Gomes também felicitou a Junta do Bilhó e referiu que esta realidade foi uma proposta do Grupo CDS-PP no inicio do mandato para a sua rotatividade. Relativamente à intervenção do Deputado anterior, referiu que também ficava contente por a escola de Mondim crescer mas que era preciso criar o conteúdo da escola, e considera que o Município e as Juntas de Freguesia, em conjunto com o Agrupamento, se devem preocupar com a política educacional e ambiental. Lamentou o facto da derrocada da estrada para uma propriedade se mantenha sem resolução, perguntando se a Câmara iria intervir ou não. Trata-se de uma estrada municipal que caiu para o terreno de um proprietário e que, em ano e meio, a autarquia já se deslocou lá por duas vezes para tirar fotografias. Salientou que o proprietário está chateado e incomodado com a situação. Acrescentou que o mesmo proprietário continua com o problema das águas da rua que correm para a sua propriedade, infiltrando-se na casa e danificando os seus electrodomésticos. Considera que a Câmara tem a obrigação de demonstrar que também é uma entidade que corrige e que se preocupa com os danos que provoca aos outros. Acrescentou que a placa de Sobreira continuava por colocar. Relativamente ao Centro Escolar e voltando novamente à questão da fiscalização, o Deputado salientou novamente uma questão abordada em reunião anterior sobre o facto de as portas do centro escolar não terem barras de anti-pânico, nem punho, abrindo apenas com a chave, situação agravada, a seu ver, pela colocação de um puxador mesmo na frente da chave. Perguntou ao Senhor Presidente da Câmara onde estava a fiscalização da Câmara relativamente a esta questão. Referiu também um artigo lançado pelo Senhor Presidente da Câmara sobre uma reunião do Conselho Municipal de Segurança onde se refere que o Presidente da Junta de Mondim de Basto se congratulou com a resolução do problema da família cigana, mas esqueceram-se de mencionar que ele frisou duas vezes nessa reunião que existia um problema idêntico no Bairro Social,

que o Delegado de Saúde já visitou tendo dado parecer às famílias que estavam em perigo público. Aquele prédio está cheio de excrementos de pomba e cheio de infiltrações de água. Perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se se iria criar outro bairro de ciganos. Manifestou as suas dúvidas sobre a alteração do PDM, perguntando como se iria processar essa alteração: é para as pessoas que têm terrenos com classificação agrícola e florestal ou é para todo o Concelho? No caso de ser para todo o Concelho, perguntou se essas pessoas ficam obrigadas a vender e a que preço. No caso de ser só para os afectados, perguntou como é que se iria resolver o problema daqueles que não têm terrenos para permutar. Referiu que tinha conhecimento de que alguns proprietários de Veade tinham recebido cartas para se manifestarem caso tenham terrenos agrícolas ou florestais à Junta de Freguesia de Mondim, demonstrando o seu desconhecimento se é para o morador de Veade que tiver terreno em Mondim ou se o morador de Veade poderá procurar um desses terrenos e vir para Mondim. Relativamente ao Parque de Campismo de Mondim de Basto, o Deputado Fernando Gomes referiu que foi feita uma Declaração de acordo mútuo de interesse e assinada tendo ficado indignado com a atitude da Câmara em tirar o mérito. Referiu que a Câmara disse que a Junta de Freguesia subscreveu a declaração mas a junta não subscreveu: a junta de Mondim é que encontrou a solução e juntamente com a Federação de Campismo e com a EDP entenderam que o Município deveria ser envolvido.

A Deputada Maria Fernanda Lemos Cunha usou da palavra para manifestar a sua satisfação em estar no Bilhó, freguesia que muito bem conhece, lamentando o facto de não estar mais gente. Referiu que a sua intervenção se prendia com o facto de estar satisfeita por ter sido aberta a loja social mas considera que só isso não chega e que as freguesias têm muitos idosos, sendo necessário fazer mais alguma coisa. Acrescentou que já tinha pedido ao Senhor Presidente da Câmara a resolução do problema da falta de médicos e

fazer com que pelo menos uma vez por semana um médico se deslocasse ao Bilhó, a Ermelo e a outras localidades, conhecendo a dificuldade das pessoas idosas que se têm de deslocar para Mondim para obter uma simples receita médica. Acrescentou que é fácil arranjar uma solução paliativa para resolver problemas desses receituários uma vez que já se podem passar para seis meses. Manifestou que era importante pensar nos idosos, sendo a taxa de idosos do Concelho muito elevada, que para além da idade ainda têm muitas dificuldades financeiras, não têm transportes e muitas vezes vivem sós. Terminou deixando um apelo ao Executivo para tentar, quando for possível e se for possível, resolver esse problema que é uma das suas preocupações. ------

O Deputado Luís Sabino de Moura manifestou que ouvira as várias intervenções e manifestou a sua preocupação com o desenvolvimento estratégico do Concelho, retratando que nos últimos trinta anos a gestão do Concelho foi um verdadeiro desastre, estando tudo encostado ao rio e estando a parte alta do Concelho abandonada. Ressalvou que era necessária uma nova visão e olhar para o território de Mondim de Basto para perceber que é um concelho serrano e que a grande maioria mora de Mondim de Basto para a Anta, existindo uma estrada horrível. Salientou que era necessário resolver o problema da água, o problema das acessibilidades, usando a influência junto do Governo para obter vinte quilómetros de estrada para Vila Real. Acrescentou que Mondim não tem relação com os vizinhos. Com a criação da ligação para Celorico de Basto através da ponte nova o que irá acontecer? Referiu que era possível enriquecer as freguesias criando infra-estruturas para fixar a população, que é necessário pensar numa solução para os agricultores indo até junto do Ministério da Agricultura pedir condições para que tenham a vida facilitada e permaneçam no Concelho. ----------

Findas as intervenções, o Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para, em primeiro lugar, agradecer o nível e a qualidade da intervenção do

Senhor Presidente da Junta do Bilhó que numa única intervenção mencionou os problemas da freguesia mas também reconheceu que neste ano e meio de mandato o Executivo tinha conseguido resolver alguns problemas. Referiu que relativamente às questões do Bilhó, tinham sido gastos cerca de 40.000 Euros em várias obras porque existiam situações que realmente mereciam uma especial atenção, nomeadamente a obra emblemática da pavimentação do adro da Capela, e com a paragem de autocarro coberta que se traduz num grande benefício para as crianças. Salientou que o Executivo estava preocupado com o abastecimento da água, com a pavimentação das vias, com a iluminação pública, considerando que se deve racionalizar o uso da iluminação pública, fazendo um levantamento dos postes existentes e desligando aqueles que se considerem desnecessários. O Senhor Presidente da Câmara referiu que também estava preocupado com a pintura das estradas, admitindo que relativamente a esta questão a Autarquia estava em falta mas justificou que qualquer obra exige um processo de contratação pública e que existe uma série de procedimentos a respeitar. Relativamente à questão colocada sobre os cemitérios, referiu que esta questão também o preocupava, estando já identificadas algumas situações (Campanhó, Ermelo, Mondim de Basto). Quanto à questão levantada sobre a saúde, referiu que também era sua preocupação e informou que recebera na presente data um telefonema da ARS Norte a comunicar que na próxima semana iria ser colocado um médico em Mondim, tendo este problema aparentemente uma solução à vista. Relativamente ao Boletim Municipal, manifestou que sendo um boletim da Autarquia é natural que o Presidente da Câmara apareça mais vezes. Registou com agrado que o Deputado tinha mencionado que o Boletim tinha melhorado a sua qualidade, e que este boletim é importante para as pessoas que vêem nele uma forma de transparência da Autarquia (as actas e deliberações da Câmara aparecem no Boletim, os regulamentos em discussão

pública). Considera que esta não é uma manobra de propaganda política. Para responder à questão levantada pelo Deputado João Alarcão, o Senhor Presidente da Câmara manifestou que compreendia porque tinha sido colocada a questão sobre a fiscalização das obras, referindo que esta é contemplada e financiada sendo uma prática habitual em vários municípios, principalmente em obras de grande envergadura como é o caso da Regeneração Urbana. O Executivo Camarário entende que esta é uma boa medida de gestão (financiada pelo QREN), que não impede nem inibe os funcionários da Autarquia no uso das suas funções. Acrescentou que quando se verifica um investimento em Mondim de Basto, muitas vezes isso é desvalorizado ou é desviada a atenção. Mais acrescentou que no espaço de uma ano e meio o Município conseguiu dois investimentos importantes (Requalificação da escola e a ligação de Mondim a Celorico pela variante do Tâmega). Quanto à derrocada da Senhora da Piedade, referiu que se iria proceder a essa reparação logo que possível e também proceder-se à colocação da placa de Sobreira. Quanto à questão do Centro escolar relembrou que era preciso pensar que essa estrutura custou três milhões de euros (edifício, rede de transportes) para garantir às crianças do Concelho as melhores condições pelo que considera que resumir a questão do Centro escolar a uns puxadores é reduzir as coisas e desviar a atenção para os pormenores. Relativamente à questão da alteração do PDM referiu que existiam questões técnicas e que não dominava a questão mas que se as cartas foram enviadas provavelmente terá sido um erro, pelo que iria averiguar. Mas acrescentou que o importante era que as pessoas estavam a ser acompanhadas pela Câmara Municipal, tendo esta inclusive aprovado duas medidas que irão de encontro às expectativas das pessoas (alteração do PDM e isenção da taxa de licenciamento), e manifestando que a Câmara trabalhava de uma forma discreta e sóbria. Relativamente à loja social e ao problema dos idosos, referiu

que a Câmara tinha um caminho muito longo a percorrer na área social, tendo já iniciado alguns projectos, havendo muito trabalho para fazer e que iriam ser tomadas medidas dentro dos recursos que a Câmara possui. Para responder ao Senhor Deputado Luís Sabino de Moura, o Senhor Presidente referiu que todos estavam preocupados com o desenvolvimento estratégico do Concelho mas que também era necessário resolver os problemas das pessoas. Terminou dizendo que contava com o seu contributo para os ajudar. ----------

1.2- Correspondência recebida ----------

De seguida, pela Senhora Presidente da Assembleia foi presente a correspondência recebida. ----------

2- Ordem do dia ----------

2.1- Aprovação da acta da reunião de 17 de Dezembro de 2010 ----------

O Deputado Bruno Ferreira de Moura usou da palavra para fazer um reparo relativamente ao facto de não haver referência às substituições o que pode causar alguma estranheza a quem estiver a ler ----------

O Deputado Fernando Gomes fez três reparos à redacção da acta. O primeiro reparo acerca do moderníssimo centro escolar em que não disse «que provoca má audição nos professores, nos funcionários e nos alunos», mas sim «que provoca danos nos professores, ...». O segundo reparo é que não chamou a atenção para a falta de uma saída de emergência mas sim que referiu «que nas portas falta o fecho de anti-pânico nas portas de saída». Para terminar não «afirmou que conseguia provar que neste orçamento o valor do staff político aumentou mais do que nos mandatos anteriores» mas sim «eu consegui provar que o custo com o staff politico deste Executivo é mais elevado do que no Executivo anterior». ----------

A Senhora Presidente da Assembleia pôs à consideração dos Deputados a introdução do que fora referido pelo Deputado Bruno Ferreira de Moura relativamente às presenças, alteração que foi aprovada por unanimidade. De

seguida colocou à votação o primeiro e segundo reparos feitos pelo Deputado Fernando Gomes, alterações que foram aprovadas por unanimidade. Para terminar pôs à consideração dos Deputados a terceira alteração sugerida pelo Deputado Fernando Gomes, que teve oito votos contra, oito votos a favor e quatro abstenções. Face a este impasse, a Mesa decidiu que esta acta seria aprovada na próxima reunião da Assembleia, pedindo que fosse ouvida novamente a gravação e que se redigisse aquilo que exactamente foi dito. ------

2.2- Ratificação da designação do Deputado Luís Sabino de Moura para representar a Assembleia Municipal na CCDR-N ----------

Relativamente a este ponto, o Deputado Luís Sabino de Moura fez a sua intervenção referindo que relativamente a este assunto se tinha perdido muito tempo e considerando que havia um compromisso de todas as bancadas sugeriu que se devia passar em frente e honrar a palavra dada. ----------

A Senhora Presidente da Mesa colocou à votação a ratificação da designação que foi aprovada por unanimidade. ----------

2.3- Designação dos Membros Representantes na CPCJ de Mondim de Basto ----------

O Deputado João Armando de Almeida propôs em nome da bancada do Partido Socialista que se designassem duas pessoas do Partido Socialista, uma do PSD e outra do CDS-PP, cumprindo-se a proporcionalidade dos partidos que se tem feito nestas assembleias. Pelo Partido Socialista, o Deputado propôs a designação dos seguintes elementos: Maria Fernanda Lemos da Cunha e Carlos Filipe Meireles Macedo. ----------

O Deputado Bruno Ferreira de Moura propôs que, tendo em conta a representatividade dos grupos nesta assembleia, cada partido apresentasse uma pessoa e a designação da quarta pessoa seria designada por quem se quisesse candidatar ou indicasse uma pessoa. ----------

A Vereadora Teresa Rabiço usou da palavra para explicar que os membros designados pela Assembleia Municipal não tinham que ser forçosamente membros da Assembleia, podendo ser pessoas da comunidade habituadas a lidar com os problemas das crianças e da juventude, referindo que no passado esta designação tinha sido proporcional à bancada política. ----------

O Deputado Fernando Avelino Silva propôs que cada um dos partidos apresentasse um elemento, sendo o quarto elemento consensual aos membros da Assembleia. ----------

A Senhora Presidente da Assembleia colocou à votação as três propostas:

Proposta do Partido Socialista – 10 votos a favor

Proposta do PSD – 9 votos a favor

Proposta do CDS-PP – 3 votos a favor

Tendo a proposta do Partido socialista obtido mais votos, a Senhora Presidente da Assembleia pediu que os restantes partidos indicassem os seus representantes. O PSD designou a Deputa Maria Altina da Costa Carvalho e o CDS-PP designou o Deputado Fernando Dinis de Carvalho Gomes.----------

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal fez uma declaração de voto no sentido de dizer que, enquanto esteve na assembleia na oposição sempre teve a humildade de reconhecer que o partido estava em minoria e por isso o Partido Socialista sempre aceitou que o partido maioritário estivesse representado em várias comissões lamentando e dizendo "costuma dizer-se que pimenta em determinado sítio dos outros é refresco". Infelizmente, considera que a política é feita destas coisas mas que o que se pretende é que a CPCJ esteja representada por cidadãos que vão trabalhar pelos jovens deste concelho e apenas estão preocupados com jogos políticos. ----------

A Deputa Maria Manuel Ferreira Martins fez uma declaração de voto dizendo que de certa maneira a Senhora Presidente disse o que ela própria diria mas num sentido diferente pois considera que efectivamente

relativamente à CPCJ não se deve pensar em termos políticos mas sim se as pessoas designadas têm perfil para esta função. Acrescentou que no seu caso, se as pessoas designadas fossem todas do Partido Socialista, teria concordado na mesma. ----------

O Deputado Fernando Gomes fez a sua declaração de voto no sentido de concordar com o que a Senhora Presidente da Mesa tinha dito mas considera que o fez de uma forma deselegante para o cargo que ocupa. ----------

2.4- Constituição da Comissão de Toponímia para apresentação de estudo relativo à Denominação das Ruas e Praças no Concelho de Mondim de Basto----------

O Presidente da Junta de Freguesia de Paradança colocou relativamente a este assunto a questão no sentido de saber se esta comissão se refere a todo o Concelho ou apenas à sede do Concelho, realçando que a toponímia de Paradança já estava contratada e em fase de ir à Assembleia de Freguesia durante o mês de Abril. ----------

O Deputado Bruno Ferreira de Moura sugeriu que a constituição desta Comissão fosse feita com um representante de cada um dos grupos parlamentares e que, mediante a área em estudo, a inclusão dos presidentes de junta em causa em colaboração com os serviços da Autarquia. ----------

Não havendo mais propostas, a Senhora Presidente da Mesa colocou a proposta do Deputado Bruno Ferreira de Moura à votação tendo sido aprovada por unanimidade. ----------

De seguida procedeu-se à indicação dos representantes. ----------

PSD – José Joaquim Ribeiro Pereira Afonso

CDS-PP – João Diogo Alarcão Carvalho Branco

PS – Carlos Filipe Meireles Macedo

O Vereador Francisco Ribeiro usou da palavra para esclarecer que a toponímia é uma competência da Câmara Municipal mas que pode ser delegada na Junta de Freguesia se houver essa decisão. ----------

O Deputado Luís Sabino de Moura fez um apelo para que houvesse bom senso relativamente à estética das placas de forma a serem uniformes pelo Concelho. ----------

2.5- Primeira Revisão ao Orçamento de 2011 e PPI ----------

O Deputado Luís Sabino de Moura relembrou um reparo já feito durante a aprovação do orçamento que se prende com o volume do documento tendo já solicitado que a Câmara desse orientações aos serviços que elaboram este documento para a sua clarificação e para o melhoramento deste tipo de informação remetendo as indicações do POCAL. ----------

O Deputado Bruno Ferreira de Moura questionou alguns reforços das rubricas nomeadamente : a rubrica dos estudos e pareceres – quais são esses estudos? a rubrica Outros Trabalhos Especializados; há um reforço da rubrica Associação de Municípios e CIM do Ave, perguntando se tem alguma coisa a ver com o ponto da ordem de trabalhos seguinte; reforço da rubrica Equipamentos Informáticos de 40.000 euros – que tipo de investimento vai ser feito para justificar este reforço? ----------

O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder às questões colocadas. Para responder ao Deputado Luís Sabino de Moura, referiu que o que estava a pedir já estava na sua posse. Para esclarecer o Deputado Bruno Ferreira de Moura, sem prejuízo de ser feita uma breve explicação mais técnica, referiu que o reforço da rubrica Equipamentos Informáticos se deve ao facto de estarem a decorrer concursos pelo que é necessário cabimentar as candidaturas. Quanto à rubrica Estudos, Pareceres e Projectos, tal reforço deve-se à necessidade da Autarquia contratar projectos pelo que a rubrica que estava não era suficiente, tendo optado pelo seu

reforço. Quanto à rubrica da Associação de Municípios, referiu que se a Assembleia viesse a decidir a saída da Associação durante este ano existiam compromissos assumidos que terão de ser pagos. ----------

A Chefe da Divisão Administrativa e Financeira da Autarquia esclareceu que o reforço da rubrica Estudos e Pareceres se prende essencialmente com o projecto «Rampa» que contará com o apoio de uma consultoria pra realizar este trabalho com os técnicos da Câmara Municipal. Quanto ao reforço da rubrica Equipamentos Informáticos tal reforço prende-se com a necessidade de reforçar a verba inicialmente prevista com a instalação do Balcão Único. ---

Não havendo mais questões, a Senhora Presidente da Assembleia colocou à votação a aprovação da Primeira Revisão ao Orçamento de 2011 e PPI, que foi aprovado com vinte e um votos a favor e uma abstenção. ----------

2.6- Saída da Associação de Municípios do Baixo Tâmega ----------

O Deputado João Alarcão usou da palavra para manifestar que relativamente a esta proposta a opinião do CDS-PP é que o Município deve permanecer na Associação de Municípios do Baixo Tâmega e isso assenta numa série de razões. Referiu existir uma incompreensão talvez porque desconheçam a existência de custos tão elevados que justifiquem a saída e que, tanto quanto sabe, os custos assentam essencialmente numa parte substancial dos projectos em relação à Associação de Municípios do Baixo Tâmega. Considera que é aconselhável e prudente o município continuar na associação, quanto mais não seja pelo facto do remanescente de outros municípios poder vir a ser utilizado. Considera que o protocolo feito com o Vale de Sousa para beneficio do alargamento das indicações turísticas a todo o território do Baixo Tâmega iria beneficiar o concelho e, independentemente de tudo isto, e estando previstas alterações de tanta monta ao curso do Tâmega não compreende que o Município se proponha sair de uma Associação de Municípios, pois considera que o concelho não se vai defender sozinho.

Referiu que o partido assentava a sua posição na perigosidade de sair neste momento de junto de aliados que têm os mesmos interesses. ----------

O Deputado Bruno Ferreira de Moura deixou uma sugestão no sentido de que propostas deste género fossem, na medida do possível, precedidas de uma breve explanação por parte do Senhor Presidente da Câmara antes da sua discussão, podendo facilitar o processo. Relativamente a este assunto colocou três questões: Que implicações financeiras e institucionais pode implicar esta decisão? Existe algum projecto em curso que ainda não esteja concluído? Pretende o Município aderir a qualquer outra associação de municípios? -------

O Senhor Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que a Câmara não tinha nenhuma funcionária na Associação de Municípios do Baixo Tâmega, tendo sim uma arquitecta contratada a trabalhar na CIM do Ave em Guimarães, a pedido da Associação e Municípios e em regime de destacamento. Relativamente aos projectos na Associação de Municípios do Baixo Tâmega referiu que não havia nenhum, sendo que a Câmara paga anualmente 24.000 euros, pelo que considera que o município não pode continuar a pagar pois não usufrui de nenhum projecto. ----------

O Deputado João Alarcão fez a sua intervenção no sentido de dizer que estava parcialmente satisfeito com os esclarecimentos prestados mas que efectivamente a intenção do grupo pesa não com nada relativamente ao passado mas sobretudo em relação ao futuro, não compreendendo que se abandone a Associação de Municípios do Baixo Tâmega neste momento. ----

O Deputado Luís Sabino de Moura usou da palavra para referir que na altura da adesão tinha defendido que o Concelho de Mondim deveria ficar em Trás-os-Montes, não tendo na altura gostado da adesão a Amarante. Considera que Mondim de Basto tem que ter identidade pois tem um problema sério sobre o qual cabe a todos nós reflectir: o facto de estarmos

sete ou oito anos nesta associação sem termos sido capazes de ter um projecto e de fazer com outros associados uma candidatura. ----------

O Deputado Fernando Gomes manifestou que ficou com dúvidas por Mondim de Basto não ter sido integrado na Rota do Românico, tendo o Concelho de Mondim de Basto toda uma série de vestígios românicos (pontes, caminhos, carta arqueológica), não compreendendo o facto de não se conseguir fazer parte dessa rota, denotando uma grande incapacidade por parte do Município. ----------

A Senhora Presidente da Assembleia lamentou o facto de terem estado durante oito anos sem que ninguém perguntasse ao Executivo anterior o que estava o Município a ganhar em fazer parte desta Associação de Municípios. --

O Vereador Francisco Ribeiro usou da palavra para justificar que, a seu ver, o papel da Associação de Municípios do Baixo Tâmega neste momento para o Concelho de Mondim de Basto deixa de fazer sentido. Referiu que em matéria de apoios não poderá haver duplicação e que o Concelho já está associado ao Ave. Justificou que apenas se permaneceu na referida associação por ainda existirem projectos em execução, não se justificando, neste momento e face aos custos, permanecer nesta Associação. ----------

Terminadas as intervenções, a Senhora Presidente da Mesa colocou esta questão à votação, tendo sido aprovada com catorze votos a favor, quatro abstenções e quatro votos contra. ----------

O Deputado João Alarcão fez uma declaração de voto em nome do grupo parlamentar CDS-PP que a seguir se transcreve: «*Foi proposta a esta Assembleia Municipal que o nosso Município de Mondim de Basto abandonasse a Associação de Municípios a que há anos pertence, a Associação de Municípios do Baixo Tâmega. O Grupo Municipal do CDS-PP não pode senão votar contra esta pretensão que de maneira nenhuma protege os munícipes e os seus legítimos interesses, na época que actualmente atravessamos. Não tanto pelo historial de interesses e benefícios que foram protegidos e*

obtidos para as populações do Concelho de Mondim, como para as dos restantes Concelhos do Baixo Tâmega com a integração desta Associação. Não tanto, ainda, por não considerar que sejam significativos os custos que o Município tem com a permanência nesta Associação. Bem como, não tanto por considerar que não estão definitivamente terminados os benefícios eu poderão advir dos projectos ou iniciativas a decorrer como daqueles que ainda se poderiam obter sobretudo a nível de promoção turística com a referida permanência. O motivo principal que nos leva a insurgir-nos com tal decisão prende-se com o facto das alterações que se prevêem para a Bacia do Tâmega que são como todos sabemos de um significado e dimensão incomensuráveis, A nível ambiental, económico, turístico, etc, com a previsível instalação das barragens no curso do Tâmega. Frente a esta previsão e, independentemente das posições que nos possam dividir, aos mondinenses, acerca das vantagens ou desvantagens que podemos ver nas alterações que se prevêem para todo o Concelho mercê das referidas instalações das barragens no Tâmega, sobretudo com a barragem do Fridão, não sabendo nós, ainda, por completo o que irá ocorrer nesta matéria, parece-nos de pura inconsciência abandonar uma Associação de Municípios que terão problemas que, ainda que sejam percentualmente diferentes, são flagrantemente semelhantes em alguns destes municípios como sejam os de Celorico a Amarante e com menor dimensão, Cabeceiras de Basto. A defesa de interesses comuns que são identificáveis nestas associações de fins específicos, não existem noutras associações que o Município de Mondim integra, como seja a Associação de Municípios com fins múltiplos, a CIM do Ave. Prescindir de solidariedade dos municípios da Associação de Municípios do Baixo Tâmega que tanta identificação de interesses a proteger têm com Mondim de Basto é, no nosso entender, uma atitude inconsciente que revela não haver uma perfeita percepção do que o futuro nos irá reservar. Assim sendo, o Grupo Municipal do CDS-PP não pode senão votar contra tal decisão que não serve o dever de acautelar os interesses do Concelho, antes deixando-o isolado e sozinho, frente a outros municípios com os mesmos interesses. Votamos contra convictos que nem a reconhecida exigência de redução de custos pode justificar tal decisão». ----------

2.7- Pronúncia sobre o encerramento do SAP de Celorico de Basto às 24h00 ----------

O Deputado Bruno Ferreira de Moura fez a sua intervenção no sentido de dizer que o encerramento do SAP de Celorico de Basto às 24h00 constitui para a população de Celorico e de Mondim de Basto uma enorme perda nos cuidados de saúde. Considera que a nossa solidariedade com o Concelho de Celorico é inquestionável, pois também nós muitas vezes recorremos a este serviço nocturno após o encerramento do centro de saúde local, tendo existido por parte do autarca vizinho uma tentativa de assegurar o serviço até à conclusão do Hospital de Amarante, conclusão com a qual o concelho de Celorico ficará remediado com esta situação, o mesmo não acontecendo no caso de Mondim de Basto. Continuaremos a estar a mais de trinta quilómetros de Amarante, numa estrada sinuosa, e continuaremos à mesma distância de Vila Real e de Guimarães, sempre em estradas seculares. Considera que também neste aspecto as reivindicações de melhoria das vias de comunicação são um elemento válido, mas que a intervenção dos mondinenses não se pode limitar a constatar de forma passiva o fecho de um serviço no concelho vizinho. Considera que a proposta apresentada é válida pois incentiva a uma posição conjunta que garanta uma pressão mais forte. No entanto, entende que o seu conteúdo se torna vago pois fica-se sem saber em que termos foi manifestada essa decisão. Fez um reparo à dualidade de critérios na estratégia adoptada para o repúdio da falta de médicos para o Concelho, não tendo a Câmara seguido a mesma estratégia. A seu ver, foi notório o aproveitamento mediático daquela situação, tendo a Autarquia explorado e chamado para si os louros de qualquer tipo de medida da ARS Norte, tal como foi nesta reunião.

O Deputado Fernando Avelino Silva afirmou que o Grupo Parlamentar do CDS-PP entende que não se pode encerrar o centro de saúde sem garantir atempadamente que a população afectada tenha outros serviços a que possa

recorrer. Percebem que a população não entende a pressa do Governo em encerrar um serviço quando não está acautelada a requalificação das várias urgências onde consegue de alguma ser servida. O Grupo entende que os mondinenses são prejudicados e propõe que a este desagrado manifestado nesse texto, não haja apenas uma moção de desagrado mas haja uma posição veemente que evolua para um compromisso entre os dois municípios. ---------

O Deputado Luís Sabino de Moura apelou ao Senhor Presidente da Câmara para que fizesse todos os esforços, em parceria com Celorico, no sentido de conseguir assegurar a urgência, lá ou em Mondim. Entende que não se podem perder equipamentos sem exigir uma acessibilidade mínima, não podendo o Estado Central fechar o centro de saúde e as urgências sem fazer uma estrada. ----------

O Senhor Presidente da Câmara referiu que esta era uma questão que o preocupava mas que a forma como os responsáveis políticos defendem os interesses da população merece uma reflexão. Referiu novamente a confirmação de mais um médico para Mondim e referiu o envio de uma carta para a Ministra da Saúde dando nota das preocupações da Câmara de Mondim de Basto e considera que é desta forma que se defendem os interesses das populações. ----------

O Deputado Fernando Avelino Silva relembrou que já tinha sido presente em assembleia uma moção que não fora aceite não pela sua substância mas pelo facto de não ter entrado a tempo. Referiu que concordava com a viatura de emergência médica mas perguntou o que irá acontecer até lá. ----------

O Deputado Fernando Gomes manifestou que estava preocupado e duvidoso: duvidoso porque vê que existe um braço de ferro com os concelhos vizinhos e que Mondim precisa do SAP de Celorico; preocupado pela passividade que denota. Referiu que em 2008 a Junta de Freguesia de Mondim tinha solicitado um parecer ao INEM e aos Bombeiros de Mondim de Basto o

qual dizia que «as deficiências das vias de comunicação prejudicam as condições de saúde dos doentes». O Partido Socialista na altura reclamou e exigiu e hoje não arranja uma solução para este problema. Denota a mesma passividade quando a autarquia não arranja uma empresa para marcar a estrada (ou porque há poucas empresas, ou porque não há quilómetros, ...). Terminou a sua intervenção contando uma história, que disse ser verídica, ocorrida em África. ----------

O Senhor Presidente da Câmara manifestou estar farto destas e brincadeiras se ia ausentar da sala enquanto a intervenção do Deputado continuasse por não concordar com essa intervenção xenófoba. ----------

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para lamentar a situação e para dizer que não permitia o diálogo de ninguém, e que durante esta sessão tinha permitido que lhe chamassem malcriada, que chamassem mentiroso ao Senhor Presidente da Câmara, que dissessem que ele andava à guerra com os Presidentes aqui à volta, quando a única que o ouviu dizer foi que usava estratégias diferentes deles. Referiu que estava constantemente a ser interrompida e desrespeitada na sua posição enquanto Presidente desta Assembleia, não sendo esta a sua maneira de fazer política. Salientou que estava na Assembleia como independente pelas listas do Partido Socialista, toda a sua vida esteve como independente, e acha que está a perder o jeito para liderar esta Assembleia. Considera que ganharam, conseguiram mexer com a sua dignidade e que tinha que aceitar que realmente não tem jeito para estas politiquices, pelo que decidiu seguir o exemplo do Senhor Presidente da Câmara e abandonou a presente Assembleia pedindo que a libertassem dessa responsabilidade. Terminou pedindo desculpa ao povo de Mondim que nela votou. ----------

Face à ausência da Senhora Presidente da Mesa, a Deputada Maria Fernando Lemos Cunha, na qualidade de Primeira Secretária, colocou à

votação o documento, tendo sido aprovado com dezanove votos a favor, um voto contra e uma abstenção. ----------

O Deputado Fernando Gomes fez a sua declaração de voto no sentido de dizer que votou contra por entender que isto não irá resolver o problema do SAP de Celorico de Basto e vota porque entende que esse mesmo esforço não foi feito pelo Senhor Presidente da Câmara de Mondim de Basto relativamente às péssimas condições de saúde existentes em Mondim. ----------

O Deputado Bruno Ferreira de Moura fez uma declaração de voto no sentido de dizer que votou favoravelmente este documento porque corrobora com a preocupação nela manifestada mas frisou que era importante não só o envio desta moção mas também a manifestação através de uma moção ou de outras formas de modo a poder ser combatida esta retirada de acesso aos cuidados de saúde. ----------

2.8- Apresentação Oral do Relatório Anual de Avaliação de Actividade das CPCJ's no Ano de 2010 ----------

A Senhora Vereadora Teresa Rabiço usou da palavra para, em primeiro lugar, lamentar que, sendo este órgão muito importante e que reúne poucas vezes, se perca tempo com coisas sem importância e afirmando que se há alguém que se preocupa com os problemas do Concelho é o actual Presidente da Câmara. Lamentou também estes episódios que vão sendo frequentes na Assembleia apelando a que se faça uma reflexão sobre o comportamento e as afirmações que se põem na Assembleia. Para terminar fez uma breve apresentação oral do relatório anual de avaliação de actividade da Comissão de Protecção de Menores durante o ano de 2010. ----------

2.9- Informação do Executivo ----------

A Presidente da Assembleia deu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara para fazer uma breve explanação das actividades referidas na informação do Executivo. ----------

O Deputado Fernando Avelino Silva lamentou profundamente o sucedido nesta assembleia, fazendo a sua própria reflexão no sentido de se respeitar as pessoas e os órgãos que os dirigem. Este é um órgão político, e apesar de as suas opiniões serem diferentes, têm que ser respeitadas, referindo uma vez mais que a oposição faz o seu papel e tem o direito de ser respeitada. --------

O Deputado João Pereira de Almeida usou da palavra para referir que estavam numa assembleia e que a sua dignidade e a sua importância no contexto do poder local ficou muito diminuída nesta data. Manifestou que ficou muito perturbado com aquilo a que assistiu. Pediu um voto de confiança a esta Assembleia para que a sua dignidade continuasse, e para continuar a ser um órgão fiscalizador do Executivo e um órgão de confiança, e um voto de confiança à Senhora Presidente da Assembleia Municipal.----------

O Deputado João Alarcão usou da palavra para manifestar que algumas das críticas feitas não têm, a seu ver, fundamento. O voto de confiança é para todos os deputados para que consigam desempenhar o seu papel e esse papel é feito com o tom de voz de cada um e com a vontade de defender as pessoas do Concelho. Fez um voto para que quando se faça uma critica, a mesma seja construtiva e com a intenção de esclarecer os assuntos pois foram eleitos para isso. A seu entender, não há mácula nenhuma e se houver um voto de confiança também ele irá pedir um para o seu colega de bancada que está sistematicamente a ser interrompido ou calado. ----------

Encerramento da Reunião ----------

Não havendo mais assuntos a tratar, a Senhora Presidente da Assembleia deu por encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida na sessão de 29 de Abril, por estar conforme, foi aprovada e vai assinada pela Senhora Presidente da Assembleia e Primeiro Secretário que a redigiu. ----------